Sair de emprego para abrir novo negócio é uma boa ideia?

Diretor geral da People+Strategy, João Roncati, dá dicas a empregados que querem abrir empresa em 2019

Cada vez mais, planos que estavam na gaveta, como o sonho de criar uma marca e de ter o próprio negócio, se concretizam no mercado de trabalho brasileiro. Acontece que a falta de planejamento e de uma avaliação mais criteriosa para empreender pode ser um "balde de água fria" na vida de quem quer apostar em sua nova ideia e conquistar clientes no ramo escolhido.

O alerta é do diretor geral da People+Strategy, João Roncati, e serve tanto para o funcionário de uma empresa que vê uma oportunidade de negócio para alçar voo sozinho, quanto para empresários que querem mudar de segmento e explorar novas frentes de atuação.

"No primeiro caso, em que a pessoa é funcionária, devem ser levadas em conta as seguintes questões: é possível mostrar as ideias ao empregador e, assim, ter reconhecimento e promoção? Que prós e contras se apresentarão caso eu decida apostar na minha ideia sozinho?", avalia João Roncati.

Decidindo abrir uma empresa, o futuro empreendedor deve estar ciente de que estudar o mercado de maneira minuciosa, pesquisar o investimento "de partida" e o capital de giro necessários, entre outras ações são fundamentais para que o negócio tenha sucesso.

"O empreendedor (ou futuro) que tem um boa idéia não pode se antecipar e mudar sua vida profissional de uma vez, apenas porque acredita ter o melhor produto ou serviço a ser oferecido", esclarece João. "Antes, recomendamos dar um passo para trás e analisar o horizonte de consumidores, concorrência, para que ele não se sinta frustrado e tenha problemas ainda na posição de largada", avalia.

Outro ponto muito importante é que a frustração na função ou na empresa que o profissional trabalha, não é motivo suficiente para ser empreendedor. É necessário uma boa idéia, investimento, perfil e, capacidade de implementação.

A preocupação tem sentido. Pesquisa realizada pelo Sebrae, em 2013, sobre a causa mortis das empresas mostrou que metade dos estabelecimentos abertos no País fecham em até quatro anos, em média. O dado vem acompanhado de um índice significativo: mais da metade dos empreendedores entrevistados sequer tinham realizado planejamento básico antes de entrar em operação. E o curioso é que 37% deles abriram as empresas por vontade de empreender.

João Roncati explica que essa é uma falha comum no mundo do empreendedorismo. "Sem um planejamento de negócio, o empreendedor se vê em sérios riscos de a ideia não dar certo. Mesmo que ele tenha entusiasmo, dedicação para seu próprio negócio, encare o desafio de ser independente e contrate até uma equipe parceira e disposta a crescer, a empresa simplesmente não vai para frente. Organizar o esforço é vital".

Como fazer planejamento de negócio

Ainda que, de acordo com o Sebrae, 69% dos empreendedores tenham aberto a empresa por terem percebido um nicho de mercado em potencial, boa parte deles ignora itens básicos para o planejamento do negócio.

"Conhecer o mercado, investigar a concorrência e descobrir como eles vendem, definir os segmentos de clientes e seus desejos, são preocupações iniciais na abertura de qualquer empresa", orienta João.

"É preciso estar atento a detalhes, desde a localização do negócio, os investimentos, até saber a forma jurídica e o enquadramento tributário da empresa". Empresas de consultoria e instituições de apoio à gestão empresarial podem ser ótimas aliadas nessa tarefa.

Agronegócio passa por virada digital e pede gestão para alavancar

Cintia Leitão

O cenário atual das relações comerciais entre a China e os EUA favorecem a posição no Brasil no mercado internacional com as exportações de soja

O agronegócio brasileiro está muito bem estruturado e possui pontos fortes relevantes que garantem a competitividade no cenário internacional: recursos humanos profissionais e qualificados, boa capacidade de gestão na produção e comercialização das commodities agropecuárias, clima e topografia de solo favoráveis que nos permitem produzir mais de uma safra, bom nível de desenvolvimento tecnológico, alta capacidade de produção de maquinário e insumos agrícolas, e grande extensão de terras com potencial agrícola ainda não cultivada.

O país também é precursor da criação do sistema de integração lavoura, pecuária e floresta (ILPF), que permite, simultaneamente, o cultivo de grãos, de forma saudável e sustentável, junto com a produção pecuária e com a manutenção do eucalipto como reserva neste contexto integrado. Este sistema, um dos mais modernos no mundo, permite a geração de vários benefícios adicionais permitindo que toda a cadeia ganhe na geração de valor e que produtor possa otimizar recursos, mão-de-obra e maquinários.

De fato, o Brasil possui pesquisadores de ponta e tem adotado o que há de mais moderno na prática agrícola, desde o desenvolvimento e uso da biotecnologia até a aplicação destes sistemas integrados de produção como acontece com o ILPF. Apesar de investir no que há demais moderno em tecnologia de campo, o agricultor brasileiro ainda não se profissionalizou em gestão de tecnologia. Este profissional ainda precisa se preparar para a revolução digital – seja na adoção da agricultura de precisão, no uso da inteligência artificial ou big data.

Junto com o desafio da gestão deste universo agro e tecnológico, outro obstáculo é instruir os agricultores a lidar com o compartilhamento de informação. Este público ainda teme que seus dados sejam compartilhados ou vendidos, muitos ainda não vêm vantagens em compartilhar as informações. A deficiência de compreensão é facilmente notada na subjetividade que ainda é muito presente na produção e no processo de classificação de sementes e grãos.

Na falta de automação na coleta de informações; na baixa precisão na coleta atual de dados e falta ou deficiência de conectividade nas fazendas. Quando se fala em conectividade o ponto também é crítico, a grande maioria dos agricultores ainda possuem internet a rádio em suas fazendas e um grupo mínimo deles possui via satélite. A dificuldade de aquisição e os preços são os principais entraves.

O mundo é tecnológico e digital. Os sistemas e tecnologias são desenvolvidos e se multiplicam todos os dias para facilitar todas as relações da sociedade mundial. Conexão e uso de dados, de forma inteligente, não apenas impulsionam os negócios, mas os mantém sustentáveis e competitivos hoje e nos próximos anos. Dados precisam ser gerados, armazenados e cruzados para que produzam, em tempo real, informações precisas que suportem as tomadas de decisão e melhorem a rentabilidade dos negócios em todos os mercados.

Diante deste atual cenário é preciso que se invista em sistemas de gestão em toda a cadeia do agronegócio. Não basta gerar dados, é preciso conectá-los e analisá-los da forma correta para que sejam usados de forma eficiente. Não adianta ter dados se não tivermos sistemas de gestão. Não adianta ter sistemas se não existir conexão.

O uso da Inteligência Artificial (AI) proporcionará o aprendizado de máquinas e o aprimoramento de sistemas e processos produtivos, redução de perdas e desperdícios na produção de alimentos até a orientação na tomada de decisão do produtor rural, posicionamento de produtos agrícolas nos mercados internos e externos, bem como para a agregação de valor aos produtos. A AI Influenciará nas decisões de toda a cadeia.

Ainda como tendência, o controle de decisões ligadas à cadeia produtiva, como irrigação e aplicação de fertilizantes e insumos, poderá ser realizado de forma automatizada, possibilitando um maior controle das condições da lavoura. Enquanto uns engatinham, outros despontam e investem pesado para serem referência na adoção de tecnologia no setor agro, como é o caso da SCL Agrícola, que adota desde 2016 investimentos e testes de todos os novos conceitos de tecnologia como IoT (internet das coisas), cloud, drones e big data em suas fazendas.

Assim como a SCL o grupo Scheffer investe pesado e tem a meta de se tornar referência e liderar a vanguarda tecnológica nos próximos dois anos. A virada digital tende a favorecer as empresas que investem em inovação e que deverão, por esta razão, alçarem o topo em performance em seus segmentos.

(*) - É diretora de Agronegócios na Senior (cintia.leitao@senior.com.br).

PHASER INCORPORAÇÃO SPE S.A.

CNPJ nº 12.141.557/0001-21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Apresentamos as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018. Ficamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos referentes ao exercício. São Paulo, 21 de março de 2019

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.736	5.676
Aplicações financeiras	4	17.859	27.241
Contas a receber	5	49.188	133.966
Imóveis a comercializar	6	169.272	198.204
Outros créditos		662	2.477
Total do ativo circulante		**245.717**	**367.564**
Não circulante			
Contas a receber	5	40.256	46.585
Imóveis a comercializar	6	-	22.819
Depósitos judiciais		9.703	7.666
Total do ativo não circulante		**49.959**	**77.070**
Total do ativo		**295.676**	**444.634**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	6.735	39.024
Fornecedores		2.196	4.254
Obrigações trabalhistas		317	357
Obrigações fiscais		2.245	1.062
Rescisões de contratos de venda a pagar		6.413	5.822
Contas a pagar		2.746	1.745
Adiantamentos de clientes	8	-	3.279
Dividendos a pagar	11.b	36.931	-
Tributos com recolhimento diferido	9	1.789	5.370
Total do passivo circulante		**59.372**	**60.913**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	8.930	53.871
Tributos com recolhimento diferido	9	1.610	1.861
Provisão de riscos sobre demandas judiciais	10	987	558
Outras contas a pagar		-	898
Total do passivo não circulante		**11.527**	**57.188**
Patrimônio líquido			
Capital social	11.a	137.290	137.290
Reserva legal	11.b	14.215	12.271
Lucros acumulados		73.272	176.972
Total do patrimônio líquido		**224.777**	**326.533**
Total do passivo e patrimônio líquido		**295.676**	**444.634**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 *(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação)*

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida	13	**138.193**	**86.076**
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	14	(86.710)	(64.551)
Lucro bruto		**51.483**	**21.525**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas comerciais	14	(16.868)	(20.089)
Despesas gerais e administrativas	14	(1.892)	(2.179)
Despesas tributárias		(40)	(121)
Provisão (reversão) de riscos e demandas judiciais		(429)	2.217
Outras despesas operacionais		(37)	-
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		**32.217**	**1.353**
Receitas financeiras	15	14.884	6.190
Despesas financeiras	15	(4.966)	(8.065)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**42.135**	**(522)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(5.099)	(3.921)
Imposto de renda e contribuição social com recolhimentos diferidos	9	1.839	1.574
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**38.875**	**(2.869)**
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - R$	12	**0,28**	**(0,02)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**38.875**	**(2.869)**
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**38.875**	**(2.869)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados	Dividendos retidos	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017		**135.030**	**12.271**	**105.554**	**103.662**	**2.260**	**358.777**
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em 28 de abril	11.a)	2.260	-	-	-	(2.260)	-
Reversão dos dividendos propostos em 2017	11.a)	-	-	-	8.825	-	8.825
Dividendos pagos		-	-	-	(38.200)	-	(38.200)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(2.869)	-	-	(2.869)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**137.290**	**12.271**	**102.685**	**74.287**	**-**	**326.533**
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	38.875	-	-	38.875
Constituição de reserva legal	11.b)	-	1.944	(1.944)	-	-	-
Dividendos propostos		-	-	(36.931)	-	-	(36.931)
Dividendos pagos		-	-	(29.413)	(74.287)	-	(103.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**137.290**	**14.215**	**73.272**	**-**	**-**	**224.777**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	38.875	(2.869)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Ajuste a valor presente sobre clientes	(4.366)	(2.688)
Provisão para distratos e provisão para perda de créditos	(2.951)	1.900
Provisão (reversão) de riscos e demandas judiciais	429	(2.217)
Variação monetária e juros, líquidos	(10.802)	(459)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.839)	(1.574)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	115.451	89.008
Imóveis a comercializar	49.989	10.139
Outros créditos	(221)	(4.644)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Adiantamento de clientes	(3.279)	(922)
Fornecedores	(2.058)	(12.918)
Outros passivos	4.754	2.240
Caixa líquido gerado pelas operações	183.982	74.996
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.910)	(3.774)
Juros pagos	(6.544)	(7.062)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	172.528	64.160
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de aplicações financeiras	(96.250)	(78.449)
Resgate de aplicações financeiras	106.984	67.079
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	10.734	(11.370)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	51.251	60.305
Amortização de empréstimos e financiamentos	(127.753)	(88.417)
Pagamento de dividendos	(103.700)	(38.200)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(180.202)	(66.312)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**3.060**	**(13.522)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.676	19.198
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.736	5.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Phaser Incorporação SPE S.A. ("Companhia") possui propósito específico que consiste no desenvolvimento de empreendimento imobiliário de uso residencial e comercial no imóvel localizado no município de Osasco, Estado de São Paulo, na Rua General Manoel Azambuja Brilhante, 400 - Centro, com prazo determinado em consonância com o desenvolvimento do empreendimento. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas e políticas contábeis: 2.1. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Os aspectos relacionados a transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da Administração da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 2.9. alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15). As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional para a preparação das demonstrações financeiras é o real (R$) e, exceto se indicado de outra forma, as transações foram registradas pelo custo histórico. **2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** a preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. **Estimativas e premissas:** as principais premissas e estimativas estão discutidas a seguir: • Custos orçados: são regularmente revisados, conforme a evolução das obras e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados. • Tributos e demandas administrativas ou judiciais: a Companhia está sujeita no curso normal de seus negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos podem ser movidos contra a Companhia e podem afetar adversamente os resultados. Com base na sua melhor avaliação e estimativa, suportada por seus consultores jurídicos, a Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de provisão. • Avaliação do valor recuperável de ativos ("*impairment*"): a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos ativos não financeiros. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O principal grupo de contas sujeitas à avaliação de recuperação são os imóveis a comercializar. Em 31 de dezembro de 2018, não foram identificados indicadores de perda. **2.3. Instrumentos financeiros: (a) Ativos financeiros não derivativos - classificação e mensuração:** A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). Essa classificação tem como base as características dos fluxos de caixas contratuais e o modelo de negócios para gerir o ativo da entidade, ou pode ser designado no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado de forma irrevogável. A Companhia mensura os ativos financeiros a custo amortizado quando: os fluxos de caixas contratuais serão mantidos até o final e que seu objetivo é tão somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas, para mensuração é utilizado o método da taxa efetiva de juros. A Companhia mensura os ativos financeiros pelo valor justo por meio de resultado quando o objetivo for a gestão imediata do seu "caixa", de forma a ter a liberdade para venda ou não de seu ativo. Esses ativos são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e vender. Caixa e equivalentes de caixa - representado por numerário existente no caixa, contas correntes bancárias, mensuradas com base no custo amortizado, com seus efeitos reconhecidos no resultado. Aplicações financeiras - referem-se a aplicações em fundo não exclusivo de investimentos cujo vencimento é de curto prazo e com alta liquidez e encontram-se disponíveis para negociação. Nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, todas as aplicações financeiras estão mensuradas com base no custo amortizado com os seus efeitos reconhecidos no resultado. Contas a receber, provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") e distrato - os créditos a receber de clientes (circulante e não circulante) apresentados como contas a receber são provenientes das vendas de unidades dos empreendimentos imobiliários, sendo o valor do saldo devedor dos contratos atualizado monetariamente em conformidade com suas respectivas cláusulas de reajuste e descontado a valor presente. A provisão para perdas de crédito esperadas e provisão de distratos, quando necessárias, são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração, considerando os riscos envolvidos, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos. Para os créditos decorrentes de contratos de venda de unidades em construção são aplicados os procedimentos descritos na Nota Explicativa nº 2.9. Os montantes referentes à atualização monetária dos valores a receber são registrados no resultado do exercício, na rubrica "Receita de venda de imóveis", até a entrega das chaves, e como "Receitas financeiras" (juros ativos), após a entrega das chaves. **(b) *Impairment* de ativos financeiros:** A Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de perdas por *impairment*, para todos ativos financeiros avaliados a custo amortizado. O valor da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros e seu valor contábil, sendo sua diferença reconhecida no resultado do exercício. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, a reversão dessa perda reconhecida anteriormente, também impactará na demonstração do resultado. **(c) Passivos financeiros não derivativos - Classificação e mensuração:** A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado e mensurado inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros são mensurados pelo valor justo por meio do resultado quando do reconhecimento inicial e de forma irrevogável, eliminarem ou reduzirem diferenças entre ganhos e perdas dos descasamentos que ocorreria de mensuração de ativos e passivos. Os instrumentos financeiros são reconhecidos conforme descritos a seguir: **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada (por pagamento ou contratualmente), cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*:** Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia não possuía transação envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **2.4. Imóveis a comercializar:** Representados pelo custo de aquisição dos terrenos, acrescidos dos custos de construção e outros gastos relacionados ao processo de desenvolvimento dos empreendimentos em construção, cujas unidades ainda não foram comercializadas. Os encargos financeiros de empréstimos e financiamentos voltados para o desenvolvimento dos imóveis são capitalizados durante sua formação e realizados ao resultado de acordo com as vendas das unidades. Após a conclusão das obras, os encargos incorridos são reconhecidos como despesa financeira. **2.5. Provisão garantia:** Constituída em montante julgado necessário para cobrir gastos com manutenção em empreendimentos cobertos no período de garantia. A provisão é constituída em contrapartida do resultado (custo) à medida que os custos de unidades vendidas incorrem; eventual saldo remanescente não utilizado da provisão é revertido após o prazo de garantia oferecida. **2.6. Provisão para riscos e demandas judiciais:** A provisão para demandas judiciais é reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A Companhia se utiliza da avaliação até a última instância judicial para determinar a necessidade de reconhecer provisão, considerando o histórico e perspectivas futuras de conclusão dos processos. **2.7. Imposto de renda e contribuição social:** Conforme permitido pela legislação fiscal, as receitas relacionadas às vendas de unidades imobiliárias são tributadas com base no regime de caixa. Em cada ano fiscal, a Companhia, desde que atenda aos requisitos legais, pode optar por apurar o lucro tributável utilizando o critério do lucro real ou do lucro presumido e/ou patrimônio de afetação. No critério de apuração pelo lucro presumido, o lucro é presumido à razão de 8% (contribuição social sobre o lucro líquido a razão de 12%) sobre as receitas brutas, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto de renda (25%) e contribuição social (9%). Para o caso de patrimônio de afetação, o imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre as receitas decorrentes da atividade de incorporação aplicando-se as taxas de 1,26% e 0,66%. **Tributos correntes com recolhimento diferido:** O imposto de renda e a contribuição social são diferidos em decorrência das diferenças temporárias apuradas entre o regime de caixa adotado fiscalmente e o regime de competência contábil e são registrados no passivo circulante e não circulante, conforme projeção de sua realização. **2.8. Ajuste a valor presente de contas a receber e de passivos:** Os saldos de contas a receber a prazo de unidades não concluídas e passivos, foram ajustados a valor presente considerando a taxa de desconto a variação das Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B). **2.9. Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis:** Nas vendas de unidades em construção, são observados os seguintes procedimentos: O custo incorrido (custo do terreno, construção e outros gastos inerentes à respectiva incorporação imobiliária) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque. As receitas de vendas são apropriadas ao resultado, utilizando-se o método do percentual de conclusão - "POC" de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos. Os montantes das receitas de vendas reconhecidas superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes são registrados em ativo circulante ou não circulante, na rubrica "Contas a receber". Os montantes recebidos de clientes superiores aos valores reconhecidos de receitas são contabilizados na rubrica "Adiantamentos de clientes" no passivo circulante. A receita de venda é reconhecida pelo seu valor justo, em função do ajuste a valor presente efetuado sobre as contas a receber de empreendimentos em construção. **2.10. Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:** O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. **2.11. IFRS novas e alteradas em vigor no exercício corrente:** Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1° de janeiro de 2018. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores apresentados nestas demonstrações financeiras e estão descritas a seguir: **2.11.1. Impacto da adoção inicial do CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros (substitui o CPC 38 - IAS 39):** O CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: estabelece requerimentos para reconhecer, mensurar e classificar Ativos Financeiros, Passivos Financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Os novos requerimentos de classificação e mensuração de Ativos Financeiros são baseados em fluxos de caixa contratuais e modelos de negócios, e Passivos Financeiros baseados no reconhecimento inicial destes instrumentos. A natureza da alteração e os principais impactos decorrentes da adoção do CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018, são: **Classificações de ativos e passivos financeiros:** O CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros elimina as antigas categorias do CPC 38/IAS 39 para Ativos Financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda e, no reconhecimento inicial, os Ativos Financeiros são classificados como mensurados a: custo amortizado, valor justo com outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. **Perda por redução ao valor recuperável ("*impairment*"):** Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o CPC 48 (IFRS 9) requer um modelo de perdas de crédito esperadas. Após a análise da Administração da Companhia, optou-se por mensurar provisões para perdas com contas a receber por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira onde concluiu-se que a adoção inicial dessa norma a partir de 1º de janeiro de 2018 não apresentou impactos relevantes na mensuração da provisão para perdas em contas a receber de clientes. **2.11.2. CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de Contratos com Clientes:** O CPC emitiu o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), novo pronunciamento contábil que trata do reconhecimento de receita, com aplicação inicial para os exercícios ou períodos iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia reconhece a receita referente aos contratos com clientes, utilizando a metodologia do "Percentage of Completion Method - POC", conforme nota explicativa nº 2.9. **2.12. IFRS novas e revisadas emitidas e não aplicáveis:** Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 6 R2 (IFRS 16) - Operações em arrendamento mercantil	Estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes na transação.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.
ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre tratamento de impostos sobre o lucro	Esclarecer a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais.	Exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2019.
IFRS 17 - Contratos de seguro	Auxiliar os usuários a compreender melhor a exposição aos riscos, a lucratividade e a posição financeira dos seguradores.	Exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2022.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3. Caixa e equivalentes de caixa:	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	34	29
Bancos conta movimento	8.702	5.647
	8.736	**5.676**

4. Aplicações financeiras: O saldo em 31 de dezembro de 2018 de R$17.859 (R$27.241 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, mensuradas com base no custo amortizado com seus efeitos reconhecidos no resultado, registradas de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As taxas médias de remuneração destas aplicações estão em 100% do CDI (98% do CDI em 2017).

5. Contas a receber:	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber de clientes	89.482	191.465
Provisão para distrato e Provisão para perda (i)	(38)	(6.548)
Ajuste a valor presente	-	(4.366)
	89.444	**180.551**
Circulante	49.188	133.966
Não circulante	40.256	46.585

(i) Contém efeitos na norma CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Valores líquidos de ajuste a valor presente registrados ao resultado do exercício, receita de R$4.366 em 31 de dezembro de 2018 (receita de R$2.688 em 31 de dezembro de 2017). Os valores de ajuste a valor presente foram revertidos em linha com a conclusão das obras. A composição da parcela do ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, por ano de recebimento, é demonstrada a seguir:

Ano	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	9.605
2020	7.960	7.804
2021	6.608	6.191
A partir de 2022	25.688	22.985
	40.256	**46.585**

6. Imóveis a comercializar:	31/12/2018	31/12/2017
Imóveis concluídos	137.882	166.201
Imóveis em construção (i)	-	20.702
Terreno para futura incorporação (ii)	23.955	22.819
Encargos financeiros	7.435	10.472
Adiantamento para fornecedores	-	829
	169.272	**221.023**
Circulante	169.272	198.204
Não circulante	-	22.819

(i) Empreendimento Imobiliário Jardins do Brasil - Atlântica foi concluído em 2018. (ii) Terreno para futura incorporação, com previsão de lançamento em 2019, no complexo de empreendimentos Jardins do Brasil. A Administração da Companhia avalia anualmente seus estoques de unidades imobiliárias concluídas e terrenos, a preço de mercado, e com base no resultado dessas avaliações verifica a necessidade de ajuste, por redução do valor recuperável.

7. Empréstimos e financiamentos:

Instituição financeira	Objeto	Moeda	Encargos	Vencimento final	31/12/2018	31/12/2017
Banco Bradesco S.A.	Crédito imobiliário	R$	TR + 9,0% a 9,5% a.a.	Julho de 2021	15.665	92.895
Circulante					6.735	39.024
Não circulante					8.930	53.871

Os empréstimos e financiamentos obtidos são atrelados ao desenvolvimento de obras, cuja garantia é a hipoteca do próprio imóvel e direito sobre créditos de clientes. Nos contratos destes financiamentos não estão previstas cláusulas de vencimento antecipado ("covenants") atreladas com índices financeiros da Companhia. A movimentação dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Saldo inicial 31/12/2017	Captação	Amortização	Juros pagos	Juros incorridos	Saldo final 31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	92.895	51.251	(127.753)	(6.544)	5.816	15.665

8. Adiantamentos de clientes: Não há saldo correspondente aos valores recebidos de clientes em excesso à receita obtida pela evolução financeira do empreendimento, de acordo com os critérios descritos na nota explicativa nº 2.9, em 31 de dezembro de 2018 (R$3.279 em 31 de dezembro de 2017). **9. Tributos com recolhimento diferido:** O IRPJ, a CSLL, o PIS e a COFINS diferidos são calculados tomando-se por base as receitas apropriadas ao resultado do exercício que não foram realizadas financeiramente. O recolhimento é efetuado à medida que os respectivos recebimentos ocorrem, em conformidade com o estabelecido pela legislação fiscal. Os saldos no passivo circulante e passivo não circulante são como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ com recolhimento diferido	1.071	2.314
CSLL com recolhimento diferido	561	1.229
PIS e COFINS com recolhimento diferidos	1.767	3.688
	3.399	**7.231**
Circulante	1.789	5.370
Não circulante	1.610	1.861

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação:

Correntes e diferidos	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta deduzida dos cancelamentos de vendas	141.229	88.044
Receita de juros sobre contas a receber	12.392	4.922
Rendimentos de aplicações financeiras	1.286	1.268
	154.907	**94.234**
Efeito do imposto de renda e da contribuição no exercício	**(3.260)**	**(2.347)**
Correntes	(5.099)	(3.921)
Diferidos	1.839	1.574

A apuração das alíquotas de imposto de renda e contribuição social do regime de patrimônio de afetação é de 1,92% das receitas de vendas e juros sobre clientes e de 34% sobre as receitas financeiras. **10. Provisão para riscos e demandas judiciais:** Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui ativos contingentes com ganhos prováveis passíveis de divulgação. Com base na análise individual de eventuais riscos de natureza tributária, cíveis e trabalhistas, a Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, que totalizaram em R$987 em 31 de dezembro de 2018 (R$558 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia é parte em processos judiciais, cuja probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2018, o total era de R$2.258, sendo R$412 de demandas judiciais de natureza trabalhista e R$1.846 de demandas judiciais de natureza cível (R$1.953 em 31 de dezembro de 2017, referente a processos de natureza cível). **11. Patrimônio líquido: a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social é de R$137.290, dividido em 137.290.226 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **Alterações societárias ocorridas - 2018:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2018 foi autorizada a destinação do prejuízo líquido do período de 2017 para conta de lucros acumulados, sendo absorvido pelo lucro acumulado da Companhia. **Alterações societárias ocorridas - 2017:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017 foi autorizado o aumento de capital mediante a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC no montante de R$2.260, com subscrição de 2.260.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Adicionalmente, foi aprovada a destinação do resultado de 2016, exceto a distribuição dos dividendos de R$8.825, os quais ficarão alocados como lucros acumulados até o momento de sua distribuição, tendo em vista que os recursos financeiros da Companhia estão vinculados aos empreendimentos imobiliários, que se encontram submetidos ao regime do patrimônio de afetação, na forma da lei 10.931/04. **b) Destinação dos lucros:** Do lucro líquido do exercício, 5% são destacados para fins de constituição de reserva legal, até que atinja o montante de 20% do capital social. Após a constituição da reserva, o saldo se houver, será integralmente distribuído, a título de lucros aos acionistas, de acordo com o Estatuto Social. A destinação do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	38.875	(2.869)
Reserva legal - 5%	(1.944)	-
	36.931	**(2.869)**
Dividendos propostos	36.931	-

A Assembleia Geral Ordinária, datada de 30 de abril de 2018, autorizou a absorção do prejuízo do exercício de 2017 com os lucros acumulados, por este motivo não houve compensação com o resultado do exercício do período de 2018. Durante o exercício de 2018, foram aprovados para distribuição e distribuídos a título de dividendos R$ 103.700 (R$ 38.200 durante o exercício de 2017). **12. Lucro (prejuízo) por ação:** A seguir, o cálculo do lucro (prejuízo) por ação:

Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas	38.875	(2.869)
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	137.290	136.560
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação expresso em real (R$)	0,28	(0,02)

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam vir a ser conversíveis em ações e que possam representar diluição do lucro por ação. Consequentemente, o lucro básico por ação não difere do lucro diluído por ação.

13. Receita líquida:	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta	204.065	196.908
Deduções da receita bruta:		
Cancelamento de vendas	(62.836)	(108.864)
Tributos incidentes sobre as vendas incluindo tributos diferidos	(3.036)	(1.968)
Receita líquida	**138.193**	**86.076**

14. Custos e despesas por natureza:	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos imóveis vendidos:		
Custo de obra/terreno	(80.831)	(56.586)
Encargos financeiros capitalizados	(5.799)	(6.308)
Manutenção/garantia	(80)	(1.657)
	(86.710)	**(64.551)**
Despesas comerciais:		
Despesas com publicidade, comissões e outros	(12.874)	(18.118)
Despesas com estande de vendas e decorado	(3.994)	(1.971)
	(16.868)	**(20.089)**
Despesas gerais e administrativas:		
Despesas com serviços prestados	(815)	(979)
Demais despesas	(1.077)	(1.200)
	(1.892)	**(2.179)**

15. Resultado financeiro:	31/12/2018	31/12/2017
Receitas:		
Juros, variação monetária e outras	13.598	4.922
Rendimentos em aplicações financeiras	1.286	1.268
	14.884	**6.190**
Despesas:		
Juros e variação monetária sobre financiamento	(3.154)	(4.700)
Descontos concedidos sobre contas a receber	(1.708)	(3.294)
Outras despesas financeiras	(104)	(71)
	(4.966)	**(8.065)**

16. Instrumentos financeiros: Gerenciamento de risco: A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros. A Administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros com a finalidade especulativa e, tampouco, em instrumentos derivativos. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. **Risco de crédito e de realização:** Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro. **Risco de taxa de juros:** A Companhia possui empréstimos com terceiros, sujeitos às flutuações dos índices previstos nos referidos contratos, através de variação da Taxa Referencial (TR) e juros. Estão expostas a flutuações das taxas de juros a receber de clientes e saldos de aplicações financeiras, nesse caso, pela variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia efetuou análise de sensibilidade para um cenário de 12 meses. Foi considerado um decréscimo (ativo) e acréscimo (passivo) de 25% e de 50% nas taxas de juros, utilizando 6,5% (CDI), 3,9% (INCC, IGP-DI e IGP-M) e 0% (TR) esperadas sobre os saldos de aplicações financeiras, contas a receber e empréstimos e financiamentos:

Indicadores	31/12/2018	Cenário I provável	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
Ativo:				
Aplicações financeiras (decréscimo do CDI)	17.859	1.160	870	580
Contas a receber (decréscimo de INCC, IGP-DI e IGP-M)	89.444	3.488	2.616	1.744
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos (acréscimo da TR)	15.665	-	-	-

Valor de mercado dos instrumentos financeiros: Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, que se encontram registrados pelo custo amortizado, aproximam-se do valor justo, uma vez que a natureza e a característica das condições contratadas se assemelham àquelas disponíveis no mercado nas datas das demonstrações financeiras. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, bem como as aplicações financeiras, é indexado ao CDI, portanto, os valores registrados aproximam-se do valor justo desses instrumentos financeiros. O saldo a receber de clientes é atualizado a índices contratuais praticados no mercado. **17. Seguros:** A Companhia mantém seguro, segundo a cobertura contratada, para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. **18. Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pela Diretoria em 21 de março de 2019.

A DIRETORIA

Alberes Marçal Papa
Contador - CRC 1 SP 262537/O-8

Nevada Holding S.A.

CNPJ/ME (Em Constituição)

Ata de Assembléia Geral de Constituição, Realizada em 18/03/2019

Data/Hora/Local: 18/03/2019, às 9hs, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença**: Totalidade dos subscritores das ações: **i. Soon Beum Kwon,** RNE nº V357005-Q-CGPI/DIREX/DPF, CPF/MF 009.240.389-18; **ii.Gabriela Franciscato Corte Batista**, RG 24.295.105-3-SSP/SP, CPF/MF 175.644.818-38. **Mesa:** Soon Beum Kwon-Presidente, Gabriela Franciscato Corte Batista-Secretária. **Deliberações Aprovadas por Unanimidade: i.**Constituição da Companhia e a assinatura do Boletim de Subscrição, em moeda corrente nacional, a totalidade das 500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão fixado pelos acionistas em R$ 1,00 por ação; **ii.**Projeto de Estatuto Social; **iii.** Eleição dos membros da administração, com mandato inicial de 2 anos a partir desta data, mediante a assinatura dos competentes termos de posse em livro próprio, a saber: (a) **Soon Beum Kwon-**Diretor Presidente; (b) **Gabriela Franciscato Corte Batista**-Diretora sem designação específica. Os Diretores declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia. **iv.** O Acionistas deliberam pela não instalação do Conselho Fiscal no corrente exercício. **v.** O Presidente declara que os Diretores sem designação específica responsabilizaram-se pelas seguintes providências: (a) o depósito, perante o Banco do Brasil S.A, do valor correspondente a 10% do valor do Capital Social, conforme preceitua o artigo 80º, inciso II, da Lei 6.404/76, totalizando o depósito um montante de R$50,00; (b) arquivamento dos documentos de constituição perante a JUCESP, bem como a publicação dos mesmos na forma da lei; (c) obtenção de todos os registros, matrículas, inscrições, livros e quaisquer outros requisitos necessários para que a Companhia possa iniciar as operações previstas no Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais.SP, 18/03/2019. **Acionistas:** Eagles Participações S.A., p.Gabriela Franciscato Corte Batista; Poseidon Holding e Consultoria Ltda., p. Soon Beum Kwon. Diretor Presidente: **Soon Beum Kwon;** Diretora sem designação específica: **Gabriela Franciscato Corte Batista. Advogado Responsável:** Pedro Luiz Bussab Endres-OAB/SP nº 332.397. **JUCESP/NIRE S.A. 3530053389-5 em 29/03/2019. Gisela Simiema Ceschin-Secretária Geral.**

BANCO BMG S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF Nº 61.186.680/0001-74 | NIRE: 3530046248-3

FATO RELEVANTE

BANCO BMG S.A. ("Banco"), em atendimento às disposições da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada e atualmente em vigor, vem informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que acionistas representando 99,69% da Companhia aprovaram, em assembleia geral extraordinária realizada nesta data, (i) o cancelamento do registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, mediante a realização da oferta pública de ações, sob a forma de procedimento diferenciado a ser solicitado à CVM, nos termos do artigo 34 da Instrução da CVM nº 361, de 05 de março de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 361") e (ii) que a Diretoria do Banco adote todas as medidas necessárias para realizar todos e quaisquer atos necessários para o fechamento do capital social e o cancelamento do referido registro perante a CVM. Tais deliberações foram tomadas tendo em vista que o Banco não possui mais a intenção de realizar uma captação de recursos via emissão de ações de seu capital, não havendo mais razões para que o Banco mantenha seu registro de emissor de valores mobiliários. São Paulo, 4 de abril de 2019.

Flávio Pentagna Guimarães Neto
Diretor de Relações com Investidores
Banco BMG S.A.

5ª VC – Regional Santo Amaro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0041304-71.2003.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da **5ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro**, Estado de São Paulo, **Dr(a). Regina de Oliveira Marques**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **ROBERTA FUSER HUNNICUTT e RICARDO ARAUJO GLAZ,** que foi instaurado Incidente de Habilitação dos Herdeiros de Jacques Glaz nos autos da Ação de Despejo, autos nº 0041304-71.2003.8.26.0002, encontrando-se na fase de Cumprimento de Sentença. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a **CITAÇÃO**, por **EDITAL**, para responderem ao Incidente de Habilitação, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, devendo apresentar contestação. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de março de 2019.

Este documento foi assinado eletronicamente por Lilian Regina Mancuso.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/ e utilize o código D210-00D4-F316-34A3.